

Instituto Madiba

**Demonstrações financeiras dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023,
e o relatório dos auditores independentes**



Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

RTA-426-2025

Ribeirão Preto-SP, 22 de agosto de 2025.

Ao
Instituto Madiba
Sacramento-MG

Atenção da Senhora **Marize da Cunha Rezende Cerchi**
Presidente

Prezada Senhora:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores



Juliana Inouye Cavalieri
Diretora de auditoria

Instituto Madiba

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023,
e o relatório dos auditores independentes**

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**Aos Diretores e Conselheiros do
Instituto Madiba
Sacramento-MG**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Madiba ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Madiba em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1) e, em especial, norma específica aplicável às entidades sem finalidade de lucros – ITG 2002 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto-SP, 13 de junho de 2025.

Moore Prisma Auditoria e Consultoria Contábil S/S Ltda.
CRC 2SP024067/O-6 "S" "MG"



Juliana Inouye Cavaleri
Contadora - CRC 1SP258401/O-3 "S MG"

Instituto Madiba

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>		<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	79.198	43.172	Fornecedores e prestadores de serviço		2.630	221
Recursos restritos vinculados a projetos	4	58.323	54.260	Salários, férias e encargos sociais	7	37.502	32.173
Adiantamento a fornecedores		-	419	Obrigações com repasses de recursos	8	58.323	54.038
Total do ativo circulante		137.521	97.851	Total do passivo circulante		98.455	86.432
Não circulante				Patrimônio líquido	10		
Imobilizado	5	437.560	364.620	Patrimônio social		381.864	210.405
Intangível	6	4.039	5.825	Superávit do exercício		98.801	171.459
Total do ativo não circulante		441.599	370.445	Total do patrimônio líquido		480.665	381.864
Total do ativo		579.120	468.296	Total do passivo e patrimônio líquido		579.120	468.296

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Madiba

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas operacionais			
Com restrição			
Programas para atividade de educação		436.689	492.762
Rendimentos financeiros		6.008	10.521
		<u>442.697</u>	<u>503.283</u>
Sem restrição			
Doações pessoas físicas e jurídicas		464.402	302.167
Gratuidades		611.767	804.915
Serviços recebidos gratuitamente		333.113	234.166
Outras receitas	14	78.789	47.776
		<u>1.488.071</u>	<u>1.389.024</u>
	11	<u>1.930.768</u>	<u>1.892.307</u>
Custos assistenciais	12	<u>(999.481)</u>	<u>(1.128.320)</u>
Superávit bruto		<u>931.287</u>	<u>763.987</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	<u>(829.752)</u>	<u>(591.484)</u>
		<u>(829.752)</u>	<u>(591.484)</u>
Superávit operacional		<u>101.535</u>	<u>172.503</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		<u>(2.734)</u>	<u>(1.044)</u>
		<u>(2.734)</u>	<u>(1.044)</u>
Superávit do exercício		<u><u>98.801</u></u>	<u><u>171.459</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Madiba

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em reais

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	107.754	102.651	210.405
Incorporação do superávit acumulado	102.651	(102.651)	-
Superávit do exercício	-	171.459	171.459
Saldos em 31 de dezembro de 2023	210.405	171.459	381.864
Incorporação do superávit acumulado	171.459	(171.459)	-
Superávit do exercício	-	98.801	98.801
Saldos em 31 de dezembro de 2024	381.864	98.801	480.665

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Madiba**Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	98.801	171.459
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	84.782	56.893
(Aumento) redução nos ativos:		
Recursos restritos vinculados a projetos	(4.063)	(29.964)
Adiantamento a fornecedores	419	(419)
(Redução) aumento nos passivos:		
Fornecedores e prestadores de serviços	2.409	(9.382)
Salários, férias e encargos sociais	5.329	16.905
Obrigações com repasses de recursos	4.285	29.742
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	191.962	235.234
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado	(155.936)	(192.964)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(155.936)	(192.964)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	36.026	42.270
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	79.198	43.172
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	43.172	902
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	36.026	42.270

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Madiba

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

1 Informações gerais

O Instituto Madiba ("Instituto"), é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado, constituída em 13 de outubro de 2014, com sede e foro na Rua São Pedro nº 41, centro, no município de Sacramento, estado de Minas Gerais.

O Instituto Madiba tem por objetivo o atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social, de forma permanente, planejada e contínua para a educação, saúde, recreação e trabalho, visando:

- Prover gratuitamente a educação, por meio de programa de treinamento em informática, e noções de cidadania, a fim de capacitar jovens para o mercado de trabalho;
- promover estudos que possibilitem a melhoria das qualidades de saúde e educação, que estimulem o desenvolvimento e aprimoramento de cursos profissionalizantes na área de informática para a população carente;
- atuar em todas as áreas nas quais possa contribuir para a melhoria das condições de vida, saúde e educação da população carente;
- prestar serviços em qualquer atividade de apoio a projetos comunitários em geral, desenvolver programas sócio-educativo-profissional em articulação com o ensino regular;
- promover, patrocinar, organizar e realizar programas educativos, seminários, cursos, *workshops*, ou quaisquer outros eventos relacionados aos objetivos do Instituto; e
- valorizar a família como elo importante do processo de promoção de educação básica.

O Instituto é mantido através de auxílios, doações, legados, subvenções, receitas que se originam do desempenho de seu objeto social e das atividades exercidas, receitas patrimoniais e financeiras e outras receitas oriundas de atividades que tenham por fim gerar recursos para sua manutenção.

Todos os recursos financeiros serão administrados e utilizados apenas para o cumprimento das finalidades sociais.

A entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, é isenta à incidência da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por força da Lei no. 9.532/97; Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei nº 12.868/13 e Decreto nº 8.242/14.

Para o gozo da imunidade, segundo a Lei nº 9.532/97, art. 12, parágrafo 2º, o Instituto está obrigado a atender os seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- (c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- (e) apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1), e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Como se trata de uma Entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

As demonstrações financeiras incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração do Instituto, cuja emissão foi autorizada pela Diretoria em 13 de junho de 2025.

b Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

c Moeda de apresentação e funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

e Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 5 – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;

Nota explicativa nº 6 – análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível; e

Nota explicativa nº 12 – trabalhos voluntários.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras:

a Instrumentos financeiros

O Instituto classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da entidade e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - NBC TG 1000 (R1), portanto, é ativo financeiro básico, caixa e equivalentes de caixa e recursos restritos vinculados a projetos.

Classifica-se como passivos financeiros básicos fornecedores e prestadores de serviços e obrigações com repasses de recursos.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado.

O Instituto reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa e saldos em bancos conta movimento de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo do Instituto. Os recursos financeiros que o Instituto possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos restritos vinculados a projetos.

c Imobilizado

c.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de quaisquer perdas não recuperáveis (*impairment*), quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis ao ativo necessários para que o item específico tenha o uso pretendido.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

c.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d Avaliação ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros classificados como custo amortizado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

e Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

f Provisões e passivos, circulante e não circulante

As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando o valor possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g Obrigações com repasses de recursos

São repasses realizados pelos doadores ou patrocinadores, registrados nas contas de passivo e deduzidos pelas despesas incorridas a cada final de mês, tendo como contrapartida a conta de receitas operacionais. Tal política é aplicada uma vez que a administração do Instituto tem a obrigação contratual de atendimento de regras na utilização das doações bem como a obrigação de prestação de contas, as quais são analisadas e submetidas à aprovação dos patrocinadores.

Desta forma, as despesas e custos incorridos nos projetos, administrados pelo Instituto, são reconhecidos na mesma proporção das receitas de forma que no final do exercício tais receitas e despesas não impactem o resultado do exercício do Instituto.

h Apuração do resultado do exercício e reconhecimento de receitas de doações

h.1 Apuração do resultado do exercício

O superávit do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. O resultado do exercício de 2024 será incorporado ao patrimônio líquido em conformidade com as exigências legais e estatutárias uma vez que o superávit será aplicado, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

h.2 Reconhecimento de receitas de doações

As receitas de doações e as contribuições voluntárias de terceiros são originadas de doações de pessoas físicas, jurídicas e recursos financeiros oriundos de doações dirigidas do Fundo da Infância e Adolescência e são contabilizadas quando recebidas.

As doações recebidas vinculadas a projetos são registradas, pelo seu recebimento, no passivo (Obrigações com repasse de recursos) sendo apropriadas ao resultado e ou custeio em bases mensais e lineares à medida que os recursos são aplicados de acordo com as regras estipuladas pelo doador/patrocinador.

i Isenções tributárias

O Instituto está isento do pagamento de Imposto de Renda, Contribuição Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da cota patronal do INSS.

4 Caixa e equivalentes de caixa e recursos restritos vinculados a projetos

	2024	2023
Bancos conta movimento (i)	79.198	43.172
Recursos restritos vinculados a projetos (ii)	58.323	54.260
	137.521	97.432

- (i) São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo do Instituto.
- (ii) O Instituto possuía depósito em bancos conta movimento e aplicações financeiras no montante de R\$ 58.323 (R\$ 54.260 em 2023), referentes a recursos que poderão ser utilizados exclusivamente nos projetos a incorrer, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

5 Imobilizado

Composição e movimentação do saldo:

	Taxa média anual de depreciação	Saldos em 2023	Adições	Depreciações	Saldos em 2024
Equipamentos de informática	12,5%	158.871	122.206	(34.958)	246.119
Móveis e utensílios	10,0%	37.079	27.855	(11.663)	53.271
Instalações	10,0%	-	5.875	(465)	5.410
Acervos de biblioteca	-	617	-	-	617
Veículos	20,0%	168.053	-	(35.910)	132.143
		364.620	155.936	(82.996)	437.560

	Taxa média anual de depreciação	Saldos em 2022	Adições	Depreciações	Saldos em 2023
Equipamentos de informática	12,5%	179.991	3.964	(25.084)	158.871
Móveis e utensílios	10,0%	46.154	-	(9.075)	37.079
Acervos de biblioteca	-	617	-	-	617
Veículos	20,0%	-	189.000	(20.947)	168.053
		226.762	192.964	(55.106)	364.620

Durante o exercício de 2024 e 2023, não ocorreram baixas e ou transferências de bens do ativo imobilizado.

6 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldos em 2023	Amortizações	Saldos em 2024
Softwares	20,0%	5.825	(1.786)	4.039

	Taxa média anual de amortização	Saldos em 2022	Amortizações	Saldos em 2023
Softwares	20,0%	7.612	(1.787)	5.825

7 Salários e encargos sociais

	2024	2023
Salários a pagar	12.857	10.514
INSS	3.468	2.373
FGTS	3.022	3.411
Férias a pagar	15.792	15.792
Outras obrigações trabalhistas	2.363	83
	37.502	32.173

8 Obrigações com repasses de recursos

	2024	2023
Obrigações com repasses de recursos FIA (i)	28.033	54.038
Obrigações com repasses de recursos do FIA - Bem Brasil (ii)	30.290	-
	58.323	54.038

- (i) Refere-se ao contrato de fomento de nº 67/2024 firmado entre o Instituto e o Município de Sacramento através do Fundo da Infância e da Adolescência, cujo objeto é promover gratuitamente a educação e formação consciente de jovens, inserindo-os no mercado de trabalho.
- (ii) Refere-se ao contrato de fomento de nº 31/2024 firmado entre o Instituto e o Município de Sacramento através do Fundo da Infância e da Adolescência, conforme plano de trabalho estabelecido entre as partes.

9 Contingências

O Instituto reconhece a provisão para riscos civis e trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, o Instituto não constituiu provisão por não existir processos avaliados como sendo de risco provável, como também não há processos avaliados como de risco possível para serem divulgados.

10 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

É vedada ao Instituto a distribuição de superávits, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. As rendas do Instituto são empregadas integralmente na consecução dos seus objetivos sociais.

Ocorrendo a dissolução do Instituto, o respectivo patrimônio líquido, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

11 Receitas operacionais

O Instituto desenvolve projetos assistenciais procurando atender à comunidade. As receitas-base estão assim demonstradas:

	2024	2023
Receitas ordinárias com restrições		
Repasse recurso FIA	109.769	181.262
Repasse Criança esperança	180.000	311.500
Repasse recurso Bem Brasil	92.920	-
Repasse recurso Engie	54.000	-
Rendimentos financeiros de projetos	6.008	10.521
	442.697	503.283
Receitas ordinárias sem restrições		
Doações livres	464.402	302.167
Gratuidades (i)	611.767	804.915
Serviços recebidos gratuitamente (ii)	333.113	234.166
	1.409.282	1.341.248
Outras receitas		
Cebas	78.789	47.776
	78.789	47.776
Receitas operacionais	1.930.768	1.892.307

- (i) O Instituto presta serviços e realiza ações assistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, quanto a raça, cor, sexo, orientação sexual, condição social, credo político e quais outras formas de discriminação observada o art. 3º do título I da Constituição Federal do Brasil de 1988. O Instituto entende que os recursos alocados às atividades estão adequados e atendem as exigências da Lei complementar 187/2021 e a demais regulamentações vigentes. Em 2025, o Instituto assistiu aproximadamente 105 alunos por mês.
- (ii) Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, o Instituto reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado, que é composto essencialmente por empresas e pessoas que dedicam o seu tempo e talento em várias ações realizadas pelo Instituto, incluindo seus dirigentes estatutários. O saldo contempla além de trabalhos voluntários, aluguel, energia elétrica, formatura, entre outros recebidos gratuitamente.

12 Custos assistenciais

	2024	2023
Trabalhos voluntários	(15.430)	(10.270)
Serviços prestados por pessoas físicas	(122.624)	(60.036)
Aluguéis	(96.000)	(96.000)
Refeições e lanches	(41.586)	(54.949)
Cursos	(655.089)	(898.517)
Materiais didáticos	(1.214)	-
Teatro	(62.701)	-
Uniformes	(4.837)	(8.548)
	(999.481)	(1.128.320)

13 Despesas administrativas e gerais

	2024	2023
Salários	(179.249)	(121.641)
Férias	(24.542)	(18.242)
Previdência social	(70.894)	(40.301)
Gastos administrativos	(9.191)	(7.458)
Depreciações	(82.996)	(55.106)
Amortizações	(1.786)	(1.786)
Publicidade e propaganda	(31.522)	(15.123)
Energia elétrica	(94.005)	(7.923)
FGTS	(18.678)	(12.894)
Material de escritório	(5.339)	(15.185)
Ajuda de custo	(40.166)	(38.300)
Honorários profissionais	(91.287)	(158.772)
Décimo terceiro salário	(12.639)	(9.193)
Material de limpeza	(20.902)	(1.326)
Contribuição destinada a terceiros	(9.246)	(6.074)
Serviços de comunicação	(6.000)	(6.000)
Aluguel de equipamentos	(13.050)	(14.000)
Outras despesas gerais e administrativas	(117.175)	(56.489)
Seguro do veículo	(1.085)	(5.671)
	(829.752)	(591.484)

14 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

O Instituto aplica em gratuidades na maioria de suas rendas no atendimento às crianças e adolescentes carentes, enquadrando-se no disposto no Decreto 8.242/2014, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social – CEBAS, concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cuja demonstração é apresentada à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

Conforme publicado no Diário Oficial da União, em 05 de agosto de 2022, a Associação teve seu registro válido até 04 de agosto de 2025, conforme processo nº 235874.0033321/2021, com validade de 05 de agosto de 2022 a 04 de agosto de 2025.

Abaixo, apresentamos o benefício fiscal gerado pela certificação do Instituto:

Mês de competência	2024		2023	
	Base de cálculo	Valor isenção	Base de cálculo	Valor isenção
Janeiro	17.194	4.368	8.053	2.134
Fevereiro	21.152	5.158	7.717	2.045
Março	27.416	6.611	13.592	1.851
Abril	26.691	6.338	21.185	3.160
Maio	25.756	6.261	21.793	3.127
Junho	28.288	6.781	27.160	3.973
Julho	27.773	6.646	31.557	4.835
Agosto	26.555	6.421	27.115	3.964
Setembro	29.228	6.933	31.465	4.483
Outubro	30.436	7.156	39.888	6.104
Novembro	31.482	7.289	38.193	5.583
Dezembro e 13º salário	35.196	8.827	37.313	6.517
	327.166	78.789	305.031	47.776

15 Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros básicos. A administração dos instrumentos financeiros que o Instituto mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Instituto não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e, também, não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios.

16 Cobertura de seguros

O Instituto não adota a política de contratar seguros, para salvaguardar seus bens (edificações, instalações, e demais bens com exceção aos veículos) face a ocorrências de sinistros.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.